

CONHEÇA OS

REITORÁVEIS

Participe dos debates que começam hoje, dia 17, às 13 hs, no ciclo básico e conheça os dezessete candidatos inscritos para a lista sêxtupla para Reitor da Unicamp. Do seu voto consciente, numa escolha democrática, dependerá o destino da universidade. A consulta ampla a todos os setores da comunidade professores, alunos e funcionários foi uma conquista de todos. Seu voto é importante. Pág. 6

QUEM EDUCA O EDUCADOR?

1ª de Outubro:

DIA NACIONAL DE LUTA

Dia 1.º de Outubro é o Dia Nacional de Mobilização e Luta dos Trabalhadores Brasileiros, aprovado na 1ª. CONCLAT. Neste dia, em todos os pontos do País em diferentes formas de mobilização, os trabalhadores se manifestarão contra o desemprego, o alto custo de vida e a crise econômica por que passa o Brasil. Em Campinas, no dia 17 de setembro, às 20h, no Salão Vermelho da Prefeitura haverá um debate sobre estes temas e no dia 1.º, haverá uma concentração às 19hs, no Largo do Rosário, com a participação de trabalhadores de diversas categorias e entidades sindicais representativas. Pág. 4

A formação dos professores está em questão. Educar como? A partir do que? Quem forma o Educador? A discussão sobre este polêmico assunto está na pág. 11

MATEMÁTICA E SOCIEDADE:

um curso em extinção?

No Instituto de Matemática, a disciplina "Matemática e Sociedade" que mostra a relação estreita entre o chamado conhecimento intuitivo e acadêmico, atraiu mais de 100 alunos. Mesmo assim, está fadada a acabar por determinação do IMECC. Veja porque na pág. 8

MUDANÇAS e MUDANÇAS

Um saudável ar de transição no campus. Novas relações entre os protagonistas principais vão se firmando, com alguns bem próximos da beira do palco. Sentimos um trem em marcha, sem maquinista, onde os passageiros conhecem apenas 1 ou 2 das estações seguintes. Próxima parada: eleições para reitor. E as próximas? Para onde se destina o trem?

Há uma certa acomodação ao se considerar o que é a UNICAMP. A que já foi (segundo alguns) a cidadela da ciência e da cultura no mar de obscurantismo não estará vivendo, hoje, de glórias passadas? Aqueles que ajudaram a plantar a árvore não estariam, hoje, deitados sob sua sombra? Onde está a vida universitária? Tais indagações exigem pronta resposta; a sociedade brasileira não está à sombra de uma árvore (que sequer existe). Também ela está em marcha.

Não existe mais a possibilidade de uma ilha de paz e tranquilidade no mar revolto. A Universidade é um órgão social e deve assumir este papel, em toda sua extensão. As altas mensalidades das escolas particulares nos dizem respeito: por quê não abrir novas vagas na UNICAMP, em cursos noturnos? Por quê não aumentar as atividades de extensão à comunidade? Por quê tanta distância das atividades municipais? E tantas outras interrogações.

As respostas é que mostrarão se tivemos mudanças, apesar de tudo. Elas estão sendo exigidas por toda a sociedade, que está passando por mudanças estruturais. Cabe a nós observar, acompanhar e não perder o bonde da história.

ELEIÇÕES NA ADUNICAMP

Na Assembléia Geral da Adunicamp, de 2 de setembro último, foi constituída uma Comissão de Mobilização, com representantes de cada unidade. Esta Comissão marcará as datas dos debates para discussão do programa da próxima diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas.

Nos dias 21 a 25 de setembro serão levadas as discussões nas diversas unidades sobre a sucessão da diretoria da Adunicamp. No dia 2 de outubro, será convocada uma reunião geral de todos os associados para formação de chapa ou chapas para concorrer a eleição da nova diretoria da Adunicamp a ser realizada nos dias 7 e 8 de outubro.



EXPEDIENTE:

Diretor Responsável: Paulo Renato Costa Souza. Editor: Graça Caldas. MT. 12918 (RJ)
Conselho Editorial: Ana Maria Canesqui; Angel Pino Sirgado; Edmundo Fernandes Dias, Eliezer Rizzo de Oliveira; José Benedito Schneider; José Tomaz Vieira Pereira e Paulo Renato Costa Souza.
Composição e Impressão: Departamento de Imprensa Oficial Diário do Município. Av. Anchieta, 200 Campinas, SP.

CONSULTA NA BIOLOGIA

A necessidade de eleições diretas para os cargos diretivos da Universidade foi apontada por quase a totalidade dos professores, alunos e funcionários do Instituto de Biologia, numa pesquisa realizada na unidade. A consulta aos membros da comunidade para escolha de diretores das unidades foi recomendada pelo Conselho Diretor da Unicamp, na reunião do dia 16 de junho.

A pesquisa de opinião foi elaborada por uma Comissão, formada por representantes dos professores (em seus diversos níveis), de alunos e funcionários. Participaram da consulta 60,9% da comunidade do Instituto de Biologia que conta com um corpo de 914 pessoas. A maioria dos votantes que colocou em urna sua posição, foi favorável à realização de eleições para o Diretor da Biologia o mais rápido possível. No caso da eleição para Reitor houve uma divisão nítida entre a indicação de nomes através da lista sêxtupla e a indicação de um único nome.

A CONSULTA

Reuniões semanais e assembleias por categorias foram realizadas antes da consulta à comunidade da Biologia, através de voto na urna. Nestas reuniões foi discutida amplamente a questão da sucessão e obtidas as perguntas fundamentais a serem feitas à comunidade. A grande maioria dos presentes manifestou-se favorável à realização imediata da indicação dos nomes para diretores de unidade e reitor, havendo apenas uma minoria de professores que acharam melhor esperar o término do mandato do atual diretor e reitor para decidirem sobre a questão.

Venceu porém a proposta de um tempo maior para se discutir e apresentar os candidatos através de uma carta-programa para que as pessoas possam se manifestar sobre os nomes. O resultado desta pesquisa foi encaminhada a cada membro da Congregação do I.B. e deverá ser objeto de análise na reunião ordinária da Congregação no dia 16 de setembro.

OS RESULTADOS

O formulário de consulta à comunidade foi composto de sete questões com alternativas variadas de respostas. Votaram 60,9% de um corpo de 914 pessoas que

compõem o Instituto de Biologia, assim discriminados: De 129 professores, votaram 72,1%; de 159 funcionários, votaram 62,9%; de 184 alunos de Biologia, votaram 59,2%; de 182 alunos de Medicina, votaram 55,5%; de 56 alunos de enfermagem, votaram 60,7%; de 204 alunos de Pós-graduação, votaram 40,2%.

A grande maioria dos votantes, 97,8% manifestou-se favorável à eleição para escolha de diretor do IB. Os poucos votos contrários estavam entre os professores e funcionários. Na pergunta se era considerado importante a participação da comunidade nesta escolha, 94,2% votaram favoravelmente, ficando entre professores e funcionários as poucas respostas negativas. À forma mais adequada de votação, onde a questão apresentada era se "cada voto deveria ter o mesmo peso para toda a comunidade, ou seria multiplicado por um peso atribuído a cada categoria, de maneira a compensar as diferenças numéricas entre as categorias, houve uma nítida divisão. 57% dos professores; 56% dos funcionários; 56,9% dos alunos de Biologia; 29% dos alunos de Medicina; 79,4% dos alunos de enfermagem e 50% dos alunos de pós graduação

foram favoráveis ao voto diferenciado. No cômputo geral, 42% dos votantes acharam que o voto deveria ter o mesmo peso para toda a comunidade e 51,0% votaram pelo voto diferenciado havendo ainda 8,8% de votos em branco nesta questão.

Para a composição da lista sêxtupla a reitor, 49,6% dos votantes acharam melhor a indicação de um único nome e 41% votaram pela lista sêxtupla indicando a ordem de preferência, sendo 2,3% votos em branco. Quanto à data da realização das eleições, 44,3% se posicionaram que deverá ser o mais rápido possível; 19,1% preferem que sejam realizadas na época da consulta para eleição do Reitor (Outubro/81); 19,5% até o final de Novembro/81; 13,7%, no início do período letivo de 82, próximo ao fim do mandato do atual Reitor, havendo 3,4% de votos em branco. Na consulta à comunidade do IB surgiram ainda algumas sugestões como: a vinculação de uma carta programática aos candidatos para facilitar a escolha do nome e a necessidade de um número mínimo de votos da comunidade universitária para que o candidato à Reitor possa constar na lista sêxtupla.

1ª CONCLAT:

Paulo Renato de Souza
Edmundo Fernandes Dias
Renato Atílio Jorge

Na abertura da CONCLAT estiveram presentes delegados de entidades de outros países tais como Álvaro Rana, da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP); Galvão Brando, da União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA); Hnas Jugen, da Central Sindical Alemã (DGB); Augusta Pastolli, da Confederação Italiana Sindical do Trabalho (CIST); Silvio Vosrsoi, da União Italiana dos Trabalhadores (UIL); Jacques Ceróque, da Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores; Alexandre Castaneda e Juan Ponce, da Federação Sindical Mundial (FSM); Luis Carlos da Central Latino Americana de Trabalhadores.

PARTICIPAÇÃO – AS ENTIDADES E DELEGAÇÕES

Participaram 1126 entidades e 5247 delegados no CONCLAT, surpreendendo a Comissão Executiva Nacional que encontrou dificuldades de alojamento e refeições no primeiro dia. Esta ampla participação demonstrou a seriedade com que a CONCLAT foi encaminhada:

MEIO URBANO

Entidades	n.o	n.o de delegados
Sindicatos	480	3108
Associações	208	924
Federações	33	90
Confederações	03	16

MEIO RURAL

Entidades	n.o	n.o de delegados
Sindicatos	384	969
Federações	17	134
Confederações	01	06

AS DECISÕES DA CONCLAT

As votações e decisões na plenária final dependiam essencialmente das Comissões de trabalho, que discutiam e aprovavam os temas de Direito do Trabalho, Sindicalismo, Previdência Social, Política Agrária, Política Salarial e Econômica, Problemas Nacionais. Além disto, cada Comissão deveria discutir e aprovar as formas de luta. E uma proposta, de acordo com o regimento geral aprovado na abertura, somente poderia ir a plenária final se no mínimo obtivesse um mínimo de um terço da votação nas Comissões de trabalho. Esta decisão correta garantiu, por um lado, a ampla participação nas comissões e por outro lado, um mínimo de organização na plenária final.

Os debates nas comissões foram acirrados e três questões

centrais eram pontos de divergências: CUT, greve geral e Constituinte, que estavam sendo discutidos respectivamente nas comissões de Sindicalismo; em todas as comissões e na Comissão de problemas nacionais.

RESOLUÇÕES APROVADAS DIREITO DO TRABALHO

- Plena liberdade sindical com o respectivo direito de greve amplo e irrestrito (contém o direito aos chamados setores essenciais); estabilidade, a partir da contratação e extinção dos contratos de experiência e os empregos temporários; criar um Fundo-Desemprego, gerado e administrado pelos Sindicatos, onde as empresas e o estado contribuam paritariamente com o valor de 1% calculado sobre o faturamento; fixação de salário mínimo unificado cobrindo as necessidades

básicas; a eliminação de todo e qualquer princípio que crie discriminação entre o homem e a mulher, garantindo a esta uma real equiparação Salarial, quando no mesmo trabalho (princípio Constitucional; ao menos deverá ser garantida uma jornada de 6 horas diárias sem prejuízo de remuneração; devolver e garantir as prerrogativas da justiça do trabalho para a solução dos conflitos que não possam ser solucionadas pelas Conveções coletivas de trabalho.

SINDICALISMO

- Os membros do sindicato determinam livremente os estatutos e regulamentos, a organização, o funcionamento e as atividades de seu sindicato; os sindicatos têm o direito de fixar livremente os sistemas de eleições de seus dirigentes e órgãos executivos, bem como de organizar sua gestão interna e formular seus programas de ação; os sindicatos têm o direito de reunir-se interprofissionalmente em Central Sindical Única; os trabalhadores, através de seus sindicatos têm o direito de constituir comissões de empresas visando a plena atividade sindical no local de trabalho, na defesa dos interesses dos trabalhadores e no reforço da unidade das classes trabalhadoras; todos os trabalhadores têm direito de se expressar, democraticamente nas formas de deliberação dos seus sindicatos, independentemente de suas convicções, acotando-se a decisão da maioria.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Pela criação de uma rede básica e pública de Assistência Médica obrigatória como única porta de entrada ao sistema de Saúde e celebração imediata de convênios entre os poderes públicos Federais, Estaduais, Municipais e Entidades sem fins lucrativos, que assegurem a existência

de um sistema médico, hospitalar e odontológico público em seus diversos níveis que, garantam a prestação desses serviços a toda a população, que seja garantida a participação paritária dos trabalhadores através dos seus órgãos sindicais em todos os níveis de planejamento e sua execução; pela extinção dos convênios entre INAMPS de um lado e a indústria e grande comércio de outro, que são margem à existência de empresas que intermediam a Assistência Médica Hospitalar objetivando interesses empresariais e o lucro com a assistência médica, convênios que atestam contra os interesses e a saúde da classe trabalhadora e seus dependentes; que seja garantido pelo INAMPS o transporte dos trabalhadores rurais e de seus dependentes até as localidades de atendimentos médicos e hospitalares.

POLÍTICA AGRÁRIA

— Que seja valorizado o ensino agrícola; pela conquista de adicionais de periculosidade e insalubridade; que seja expressamente proibido em lei o transporte dos trabalhadores em veículos não adequados ao uso de passageiros; luta contra o Proálcool; criação de uma comissão nacional para encaminhar as resoluções da I CONCLAT e assim organizar em outubro de 82, um congresso de trabalhadores; uma reforma agrária radical; mobilizar os trabalhadores para comparecer em frente às áreas de conflito.

POLÍTICA SALARIAL E ECONÔMICA E PROBLEMAS NACIONAIS

Estes dois temas não puderam ser discutidos na plenária final. Isto não foi possível porque a questão da CUT levou 7 horas para a deliberação (vide abaixo). Contudo, a plenária aprovou, sem discussão, os relatórios destas comissões.

Com relação a Constituinte a redação final teve a seguinte forma: Constituinte precedida de

OS RESULTADOS

anistia ampla, geral e irrestrita, fim da Lei de Segurança Nacional, pleno acesso aos meios de comunicação a todas as correntes políticas, liberdade e autonomia sindicais, direito de organização para todos os partidos e correntes políticas, convocada por um governo que seja a expressão das forças que lutaram pela Constituinte. Essa proposição foi a vencedora com 90% dos votos. Na comissão onde o tema foi discutido, a proposta da Constituinte precedida pela queda do regime militar e convocada por um governo provisório, foi retirada pelos seus autores. Ao retirar a proposta seus autores defenderam que aquela redação, posteriormente aprovada, pressupõe a queda do regime e que estarão asseguradas amplas liberdades políticas para a sua convocação.

A COMISSÃO PRÓ-CUT

Este debate durou das 11:00 hs até as 20:30 hs da noite. Logo ao seu início, Ivan Pinheiro, do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro pede a palavra "... a comissão executiva não conseguiu tirar uma chapa de unidade, existem, duas chapas. Contudo, temos que levar esta CONCLAT à unidade". Ivan, a seguir encaminhou que o plenário aprovasse o acordo, com a apresentação de apenas uma chapa.

Lula tomou a palavra "... na verdade a coordenação tentou uma chapa de consenso mas esse foi rejeitado porque vários delegados dos Estados não concordaram. Deixemos de capricho e vamos assumir a realidade."

É verdade que Lula aceitou inicialmente o acordo (as 5hs da manhã de domingo) que foi bloqueado às 7 hs porque os sindicalistas que ele lidera não aceitaram. José Francisco, da CON-

rez, Arnaldo Gonçalves, Ivam Ribeiro, o presidente do Sindipeiro da Bahia, os presidentes das Federações de Trabalhadores rurais do Rio e de Pernambuco se retiraram da chapa proposta por Lula. Lula, Olívio Dutra e outros não se retiraram da chapa proposta pela comissão executiva.

Encaminhando a votação nota-se um certo equilíbrio. Alguns sindicalistas propuseram a contagem mas a mesa recusa este tipo de encaminhamento, tentando um confronto aberto. Como saída o plenário aprova a fusão das duas chapas. A chapa de unidade ficou com 54 nomes, 23 trabalhadores da área rural, além de um trabalhador da CONTAG e 30 trabalhadores da área urbana.

A seguir o plenário deliberou a realização de um Congresso da classe trabalhadora para agosto de 1982 onde se formará a CUT - Central Única dos Trabalhadores.

1.º DE OUTUBRO - DIA NACIONAL DE LUTA

Este dia nacional foi aprovado em todas as comissões. As diferenças ficaram por conta da greve geral. Nesta discussão o plenário estava esvaziado (500 a 1000) pessoas. A proposta aprovada foi a seguinte:

No dia Nacional de Luta a Comissão pró-CUT irá entregar as reivindicações dos trabalhadores ao governo, que terá até o dia 15 de novembro para respondê-las. A Comissão pró-CUT analisará a viabilidade, dependendo da resposta do governo, da organização e mobilização dos trabalhadores, de encaminhar ou não uma greve geral.

Neste dia as entidades sindicais promoverão manifestações unitárias, de acordo com o grau de consciência e mobilização de cada categoria, de cada cidade, região e estado em todo o país.

Os Candidatos a Reitor

A sucessão para Reitor da Unicamp começa a ser vivida pela universidade com a inscrição de dezessete professores-candidatos ao cargo do Prof. Plínio Alves de Moraes que será substituído a 16 de abril de 82. A Consulta ampla à comunidade está sendo promovida pela ADUNICAMP e DCE. Os debates têm início hoje, dia 17, às 13 horas, no pátio do ciclo básico e terão prosseguimento durante todo o mês de setembro e outubro no campus de Campinas, Limeira e Piracicaba. As eleições para confecção da lista sêxtupla serão realizadas nos dias 20, 21 e 22 de outubro e no dia 27 será entregue ao Conselho Diretor o resultado desta consulta aberta a funcionários, alunos e professores, numa experiência democrática inédita na universidade.

A consulta ampla para eleição de todos os cargos diretivos da universidade foi recomendada pelo Conselho Diretor em reunião do dia 16 de junho último, por 18 votos a favor, quatro contra, duas abstenções e algumas ausências. Dos dezessete professores candidatos a Reitor inscritos, apenas o professor Roberto Hermínio Moretti da FEAA escreveu para o Jornal da Adunicamp que reabre suas páginas no próximo número (5), para todos aqueles que desejarem expor suas idéias sobre Educação e um programa de governo para a Reitoria da Unicamp. A data limite para entrega destes artigos é 1.º de outubro próximo. Publicamos abaixo a relação dos dezessete professores candidatos a Reitor e o artigo do prof. Moretti.

CANDIDATOS A REITOR

São os seguintes os candidatos a Reitor da Unicamp inscritos para o debate promovido pela ADUNICAMP e DCE para que a comunidade universitária possa conhecer de perto o que pensa o possível novo Reitor da Unicamp. Vale lembrar que somente estes nomes inscritos até o dia 14 último, constarão da cédula para votação nos dias 20, 21 e 22 de outubro.

CARLOS ALFREDO ARGOELLO (IFGW)
 MORENCY AROUCA (FEL)
 YARO BURIAN JR. (IA e FEC)
 MAURÍCIO PRATES DE CAMPOS FILHO (FEC)
 EDUARDO OSCAR DE CAMPOS CHAVES (FE)
 CARLOS FRANCHI (IEL)
 PAULO FREIRE (FE)
 ATTÍLIO JOSE GIAROLA (FEC)
 ROGÉRIO CESAR DE CERQUEIRA LEITE (IFGW)
 JORGE MIGLIOLI (IFCH)
 ROBERTO HERMÍNIO MORETTI (FEAA)
 ANTONIO CARLOS NEDER (FOP)
 JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI (FCM)
 ANTONIO MUNIZ REZENDE (FE)
 JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO (IFGW)
 HÉLIO DRAGO ROMANO (FEC)
 HERMANO DE MEDEIROS FERREIRA TAVARES
 (FEC)

CALENDÁRIO CONJUNTO DOS DEBATES:

17 de setembro: "Universidade no Brasil, Hoje"

23 de setembro: "Proposta para Unicamp", 29 de setembro: "Ensino e Vivência na Unicamp", 30 de setembro a 6 de outubro: Realização de assembleias nos setores para definição de um programa, 7 de outubro: Definição de programas de candidatos, 20/21/22 de outubro: Eleições para confecção da lista sêxtupla, 27 de outubro: Entrega da lista ao Conselho Diretor.

Unicamp do Presente e do Futuro

Roberto H. Moretti FEAA

Com a crise do petróleo, ocorrida na década 70/80, os países dependentes de sua importação passaram por grandes modificações, mesmo países desenvolvidos com produção própria do ouro negro, como é o caso dos E.U.A., que importam somente 20 por cento de suas necessidades.

O Brasil que no princípio da década gastava com a importação de petróleo, cerca de 20 por cento de seu Produto Interno Bruto (P.I.B.) passou a gastar, hoje em dia, cerca de 80 por cento de seu P.I.B. na importação desse item. As dívidas externas que eram de 10-12 bilhões de dólares, passaram a ser de 60 bilhões de dólares. Os juros anuais das dívidas externas que eram de 4-5 por cento passaram a 20 por cento.

Os governos passaram a limitar os recursos das Universidades que no princípio da década eram abundantes e hoje em dia estão aquém das necessidades. Os E.U.A., Canadá, Países Europeus desenvolvidos e o próprio Japão, em virtude dessa redução de recursos para suas Universidades, mudaram de estratégia a partir de 1972 - 1974. - Recentes visitantes, executivos de Universidades dos E.U.A., Canadá e Japão, nos comentaram, que suas Universidades criaram e desenvolveram dentro da Universidade verdadeiros Departamentos de "Marketing", com a finalidade de oferecer os recursos humanos e físicos de que dispunham, para resolver problemas que afetaram diretamente o setor privado e a comunidade no seguinte sentido:

1. Redução de custos na produção, afim de possibilitar melhor competitividade nas concorrências.

2. Desenvolvimento de novos produtos e processos, afim de oferecer novas e melhores opções para o mercado consumidor. 3. Integração dos seus Departamentos de Pesquisa Básica com os de Pesquisa Aplicada, com a finalidade de aplicar mais rapidamente os resultados científicos no serviço à comunidade. 4. Maior apoio aos seus Departamentos de Extensão com a finalidade de resolver mais rapidamente problemas de menor escala, promover maior integração da Universidade com o Setor privado e com a Comunidade. 5. Preparação de recursos humanos nos setores técnico, artístico, social, voltados para resolução de problemas da Comunidade, em maior proporção. 6. A maior integração Universidade - Empresa - Comunidade, também resultaria numa maior perspectiva para seus alunos em formação, que é o principal "Produto" da Universidade para que participassem diretamente dos projetos de pesquisa com aplicação de curto e médio prazo, preparando-os assim com uma visão real dos problemas atuais e dos caminhos que conduziriam à suas soluções.

A Unicamp, estabelecida de maneira sábia pelo seu ex-reitor Prof. Dr. Zeferino Vaz, já previu a necessidade da integração Universidade - Comunidade. Avançada no tempo em relação as outras Universidades Brasileiras, deve neste momento e no futuro continuar na vanguarda e mostrar ao país sua capacidade, resolvendo seu próprio problema de falta de recursos, deixando de pedir

ajelhada maiores recursos do Estado.

A Unicamp tem recebido estudantes de toda América Latina e de todos estados do país. Deverá continuar a fazê-lo, porém como obrigação que tem de servir aos países e estados irmãos, menos favorecidos no setor de preparo de profissionais, cientistas, artistas, linguistas, também tem o direito de receber em troca um pagamento que cubra pelo menos os custos desse serviço, pagamento este que poderá ser feito pelos recursos da UNIÃO, que tem para si centralizados a maior parte da arrecadação, destinada a formação de recursos humanos. Nos E.U.A., existe uma taxa cobrada dos alunos não residentes no estado da Universidade que frequentam, chamada "Non resident Tuition fee", que é no mínimo quatro vezes maior do que a taxa dos alunos residentes naquele estado. Este pagamento, efetuado pela UNIÃO, resultaria não só na diminuição da carga dos custos da Unicamp mas principalmente proporcionaria aos próprios estudantes irmãos, melhores condições de ensino que reverteriam também em benefício dos universitários paulistas.

Finalizando, cremos que a Unicamp tem condições de resolver seus problemas, pois possui, ainda, um dos melhores recursos humanos dos países em desenvolvimento, condição esta comprovada pelo renome que possui em toda América Latina, e que logicamente a utilizará como as Universidades Americanas, Canadenses, Europeias e Japonesas o fizeram nestes últimos dez anos.

Quem tem medo de / MATEMÁTICA E SOCIEDADE?

A ponte entre o conhecimento científico e o popular já está lançada na UNICAMP. Disciplinas como: "Física e Sociedade", no Instituto de Física, a cargo do prof. Márcio Campos; "Cultura Popular", no Instituto de Artes com a profa. Haydée Dourado; "Matemática e Sociedade", no Instituto de Matemática com o prof. Eduardo Sebastiani e "Educação e Sociedade", na Faculdade de Educação, são algumas experiências bem sucedidas.

Entretanto, na Matemática, a disciplina não foi oferecida no semestre passado, mesmo tendo 120 alunos no segundo semestre de 80 e apresentado resultados surpreendentes, como mostra a matéria. Pior, se extinta, a partir do próximo ano, apesar de seus atuais 150 alunos. A explicação do Colegiado do IMECC para esta decisão não convenceu. Tal atitude mais parece boicote a uma nova forma de se encarar e aplicar o conhecimento matemático, diferente das já canonizadas formas tradicionais.

Entendemos que uma reconsideração dessa atitude seria bem recebida entre alunos e professores. Concretamente, sugerimos uma enquete entre os professores e alunos do IMECC, para se conhecer a opinião da comunidade sobre a disciplina e, somente a partir daí, tomar-se uma decisão definitiva. Esperamos uma atitude pedagógica do Colegiado do IMECC, neste caso (e em todos os outros), acreditando, assim, estarmos fortalecendo uma verdadeira Universidade.

A disciplina "Matemática e Sociedade", ministrada com grande sucesso, pelo prof. Eduardo Sebastiani, está sendo oferecida pela última vez pelo IMECC. A maioria das disciplinas do Instituto de Matemática tem poucos alunos, chegando mesmo algumas a ter até cinco pessoas. Ao mesmo tempo, experiências positivas com grande repercussão entre os alunos não são incentivadas.

"Matemática e Sociedade" foi introduzida no catálogo do IMECC pelo prof. Ubiratan D'Ambrósio que foi o responsável pela disciplina durante vários anos. Mas foi com o prof. Eduardo Sebastiani que introduziu uma nova concepção à matéria que a disciplina ganhou maior expressão pelas características que assumiu.

MATEMÁTICA POPULAR X CIENTÍFICA

Foram seis meses de pesquisa para a concepção da disciplina

que na verdade nada tem de intuitivo, porque, como ocorre na experimentação científica acadêmica, também é resultado de muita prática experimental, no dia a dia, com todos os seus erros e acertos.

A MATEMÁTICA DA VIDA

"Comecei mostrando aos alunos como se fazia pesquisa e Etnociência e dando alguns modelos matemáticos. A avaliação do trabalho seria a própria atividade de campo quando utilizamos os recursos da fotografia, gravação, para registrar a elaboração matemática do popular", explicou o prof. Sebastiani. A prática mostrou que o trabalho de um cobrador de ônibus, pedreiro, chacareiros, poceiro, crianças, construindo papagaios que se pensava meramente intuitivo, tinha muito de científico.

Ao ver como o chacareiro distribuía sua plantação de alface

"Matemática e Sociedade" e os resultados surpreenderam o seu autor: Prof. Eduardo Sebastiani. Tudo começou com a sua participação em um curso de extensão com a professora Haydée Dourado, do Instituto de Artes, sobre "Cultura Popular".

Na medida em que a disciplina ia sendo vivida o prof. Sebastiani conseguiu uma mudança de mentalidade de muita gente com relação ao conhecimento científico e popular no campo da matemática. Na prática, foi constatado que a chamada matemática intuitiva, do povo, dá certo. Além disso, ficou comprovado que ela tem muito de ciência, porque é também resultado de muita experimentação.

De gravadores nas mãos, os alunos da disciplina "Matemática e Sociedade" verificaram em campo a matemática da vida. E, o que é muito importante: que os meios acadêmicos não devem menosprezar o conhecimento popular (considerado intuitivo), mas

e chicória, para dar o máximo de produtividade e lucro (um problema típico de programação linear que segundo o professor Sebastiani é muito difícil), percebeu-se que o dono do terreno fazia aquilo "intuitivamente", através de experimentos (lançando na prática as hipóteses imaginadas até conseguir um resultado satisfatório).

Com o cobrador de ônibus, o mecanismo das contas para o troco sofria o processo considerado intuitivo, embora muitas vezes o trocador fosse analfabeto. No caso de abertura de um poço de água, os homens acostumados a este tipo de trabalho era capazes de dizer quantos tijolos seriam necessários para aquela profundidade e diâmetro, a partir da sua prática em abrir poços e o resultado encontrado era o mesmo dos alunos que os calculavam cientificamente com suas maquinhas de calcular.

O mesmo aconteceu com o fio de prumo do pedreiro, com a construção de um papagaio para crianças. Meninos de 11 e 12 anos eram capazes de dar aos alunos de "Matemática e Sociedade" uma explicação considerada lógica do ponto de vista da matemática para todo o processo de construção e condições necessárias para manter o papagaio no ar sem terem necessariamente o conhecimento técnico do assunto.

Mas nem mesmo todos estes resultados surpreendentes e poucos comuns em Universidades brasileiras foram suficientes para manter a disciplina "Matemática e Sociedade" no catálogo do IMECC. A argumentação oficial segundo o prof. Sebastiani, foi a falta de professores para os cursos obrigatórios. Mas será esta a verdadeira razão? Ou, como argumentou Sebastiani, a dificuldade maior reside na falta de disponibilidade dos professores em aceitarem desafios à estrutura tradicional de ensino?

PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS e a educação

As AD's paulistas diante dos problemas colocados para a Universidade, imensos, complexos, resolveram fazer dois encontros regionais para procurar soluções. Esses encontros têm o caráter de ampliar a faixa daqueles que participam ativamente do movimento nacional dos docentes. Ampliação pela base, isto é, pelo conjunto do professorado. Esses encontros promovidos pela ANDES, por intermédio da Vice-Presidência Regional São Paulo, visam aprofundar os debates da Semana de Defesa da Educação.

Nos dias 25, 26 e 27 de setembro reúnem-se em Campinas as AD's da IES particulares hoje fortemente golpeadas pelo desemprego e pela tentativa de desestabilização do movimento por várias mantenedoras. No dia 25 haverá a abertura às 20.00 hs com o debate sobre "Política Educacional e Organização dos Docentes". No dia 26 pela manhã haverá o debate sobre "Situação do Ensino Particular: Verbas, Desemprego e Atuação Sindical" e pela tarde todos os participantes se dividirão em grupos e trabalharão o tema: "Situação das Escolas e Propostas". Finalmente, no dia 27, haverá uma plenária final onde serão examinadas as propostas apresentadas no encontro. Todos os acontecimentos serão realizados na PUC Campinas à Rua Marechal Deodoro 1099. Os interessados poderão obter maiores informações na APROPUC pelo telefone :0192) 2-7001 ramal 25.

O encontro das universidades públicas será realizado em Araraquara reunindo as 3 estaduais (Unicamp, Unesp e Usp) e as 2 federais (S. Carlos e Paulista de Medicina). As públicas se reunirão após o dia nacional de paralisação decretado pela CONCLAT (1.º de outubro). Assim a abertura se fará às 20.00 hs do dia 2, com o debate sobre "Política Educacional e Organização dos Docentes". No dia 3 pela manhã haverá reunião de grupos de trabalho sobre "Democracia e Autonomia Universitárias" e pela tarde os grupos debaterão "Situação Trabalhista e Campanha Salarial." Finalmente no dia 4 pela manhã uma plenária final discutirá as propostas dos grupos. Maiores informações na ADUNICAMP, fone (0192) 39-1148.

Os dois encontros têm como finalidade básica agilizar as relações entre a ANDES e o conjunto do professorado paulista, servindo também como forma de troca de experiências entre os diversos setores que compõem o movimento. Além dos telefones acima citados informações também poderão ser conseguidas com a Vice-Presidência Regional, no telefone (011) 210-4311, ramal 247.



ASSISTÊNCIA MÉDICA

As questões relativas à assistência médica e previdência social vêm ganhando peso no debate das associações e dos sindicatos, motivadas, inclusive diante do "pacote" governamental destinado a propor medidas reformuladoras, referentes aqueles assuntos. A realização do III Congresso da Previdência Social, no mês de julho na Praia Grande, constituiu-se num marco importante na elaboração de propostas que tiveram destaque na Conclat.

Ana Maria Canesqui

Resoluções referentes aos benefícios da previdência social, à legislação acidentária e acidentados de trabalho, à assistência médica, à administração ao custeio da previdência social foram levadas em consideração neste Congresso, o que significa um passo na maior mobilização dos trabalhadores em defesa de seus interesses.

Muitas destas questões obviamente tocam de perto o funcionalismo público estadual e em especial os professores universitários que têm para si um sistema previdenciário e de assistência médica através do IPESP e do IAMSPE para os quais contribuem respectivamente com 6 e 2 por cento dos seus salários base.

No que tange especificamente à assistência médica ao funcionalismo público dependente do IAMSPE, temos diante de nós uma problemática complexa que vem demandando maior organização da nossa luta, já que se constitui queixa geral de que o IAMSPE não funciona.

Os problemas, do ponto de vista dos usuários, são inúmeros: pagamento de complementações hospitalares e de consultas médicas; insuficiência de médicos e de especialidades; dificuldades de acesso aos serviços próprios do IAMSPE (Hospital do Servidor Público Estadual); pagamento de sobretaxas para acomodações especiais hospitalares; não cobertura à assistência odontológica, burocracia no atendimento, etc.

Estas situações acabam gerando entre os beneficiários a ne-

cessidade de buscar outras alternativas de serviços médicos. Os que dispõem de salários elevados acabam estabelecendo contratos pessoais e familiares com as empresas prestadoras de serviços médicos (UNIMED, SANCIL, GOLDEN CROSS) ou pressionam suas associações a estabelecerem convênios com estas empresas. Na falta destas alternativas muitos professores acabam constituindo-se em clientela particular forçada pela ineficiência do próprio IAMSPE e dos convênios. Noutras situações ainda cabem sendo indigentes do hospital universitário.

Esta forma de prestar assistência médica, através de convênios, já é prática corrente no Brasil, produto da política estatal de saúde que, ao invés de orientar-se para a produção de serviços próprios do Estado ou dos institutos, prefere repassar parte das verbas arrecadadas, destinadas à assistência médica ao setor privado da medicina. Deste setor o Estado compra serviços médicos, exercendo pouco controle sobre os gastos hospitalares e das empresas médicas que sobrevivem graças a este sistema privatizante da medicina. Tal prática acaba afetando a qualidade da assistência médica prestada aos usuários, já que o lucro das empresas e dos hospitais governa tudo.

No caso do IAMSPE o acesso aos serviços médicos hospitalares e às consultas faz-se mediante convênios estabelecidos entre o Instituto e os Hospitais. Estes por sua vez credenciam os médicos de acordo com sua livre

vontade, não mantendo eles nenhum vínculo empregatício direto com o Instituto.

São três os hospitais em Campinas que atendem a clientela do IAMSPE: Hospital da PUCC; Clínica Pierro; Hospital Irmãos Penteado. Os honorários pagos por consulta aos médicos são oito unidades de serviço, ou seja, Cr\$ 272,00. Aos hospitais as diárias pagas pelo Instituto correspondem, para os leitos de clínica médica, Cr\$ 772,00; para os leitos de cirurgia Cr\$ 828,00 e para Psiquiatria e Tisiologia Cr\$ 881,00.

Os hospitais e os médicos consultantes consideram irrisórios estes honorários. Frente ao crescente custo da atenção médica, o IAMSPE acaba encontrando, nos seus usuários, as fontes de pagamento de complementação para os serviços médicos e hospitalares, recaindo sobre os usuários o ônus da complementação. Ressalte-se ainda que não são raras as burlas nas contas hospitalares que acabam lesando o Instituto e em última instância os usuários, que não dispõem de nenhum meio de controle sobre os convênios.

Algumas conquistas parciais já foram obtidas pelos funcionários, através de pressões exercidas junto ao IAMSPE, no decorrer dos vinte e quatro anos de sua existência.

Entre elas estão: a proibição do depósito, em caso de internação em hospitais conveniados, para os que não requeiram acomodações especiais (quartos

individuais e apartamentos). Ademais, a complementação de honorários profissionais, pagos pelos que utilizam estas acomodações, não pode exceder a 100 por cento para o médico que atender diretamente o usuário e 50 por cento para os profissionais que prestam serviços cirúrgicos complementares (anestestistas) ou de diagnóstico e tratamento. (Circular DCC 4/76).

2. extensão da gratuidade do atendimento hospitalar exceto para as acomodações especiais a todos os funcionários, independentemente dos seus níveis salariais (Circular DCC 11/80)

3. isenção da taxa de participação de 20 por cento para honorários médicos, despesas hospitalares e serviços médicos complementares (Circular DCC 2/76; 5/76; 10/78; 12/78; 13/78)

Muitas questões ainda estão por ser debatidas quanto à assistência médica prestada ao funcionalismo público e especificamente relacionadas ao IAMSPE. Entre elas estão: a garantia da gratuidade já que nem todos os hospitais respeitam a circular DCC 11/80; o respeito ao limite de sobretaxas para as acomodações especiais; pressões por convênios com hospitais públicos; a garantia da assistência odontológica, pelo menos para as faixas de menores rendas; a garantia da boa qualidade da assistência médica; que o Estado assumira os 2 por cento de sua contribuição patronal, da qual se furta; que haja participação das associações e dos sindicatos no controle dos convênios.

A longo prazo colocam-se como frentes de luta a unificação da assistência médica, a extinção dos convênios com empresas médicas, participação efetiva da união no financiamento do sistema; criação de um Fundo Único para a prestação de Serviços Médicos e responsabilidade efetiva do Ministério de Saúde e das Secretarias Estaduais de Saúde pela assistência médica no país.

A EDUCAÇÃO DO EDUCADOR

- Como tem sido definida a formação profissional dos professores e pedagogos no Brasil?; - Que concepção de Educação deve fundamentar a organização de um currículo para formar professores educadores?; - Educar a quem, como, para que, a favor de que, contra o que?; - Que implicações traz para professores, pedagogos e estudantes uma política educacional definida por um Estado autoritário?; - Qual o compromisso dos professores e pedagogos com a sociedade na qual realizam a sua praxis?; - Como formar o "professor - educador" e o "educador - professores"?; - Que papel tem exercido a sociedade civil brasileira na definição do profissional em educação necessário ao país?

Ao trabalho de discussão, desenvolvimento e busca de solução para estas e outras questões semelhantes, vêm se dedicando desde a última CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO realizada em abril do ano passado, vários grupos de educadores e estudantes, reunidos em Comitês ou outras formas de organização, nas diferentes regiões do país.

A necessidade deste trabalho se originou da iminência de que em meados de 1980, mais uma vez a formação dos profissionais em educação fosse redefinida por iniciativa e sob controle rigoroso dos organismos oficiais. Aquela época o MEC designava à sua Comissão de Estudos da Área de Educação (CEAE) a tarefa de retomar os estudos sobre reformulação nacional dos cursos de Pedagogia.

No Estado de São Paulo, o esforço para resistir a mais esta ingerência dos aparelhos de Estado autoritário sobre a sociedade civil, têm se realizado através do COMITÊ PAULISTA PRÓ-PARTICIPAÇÃO NA REFORMULAÇÃO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURA. O Comitê é formado por professores, pedagogos e estudantes, voluntários, e tem trabalhado basicamente através de Comissões de Estudo, de Mobilização, e de Divulgação, sob coordenação de um colegiado amplo. Suas tarefas principais têm sido:

- Estimular a produção e discussão de propostas alternativas para a formação do educador.

- Manter um grupo de discussão e trabalho permanentes.

- Reunir e divulgar o maior número possível de trabalhos sobre o tema.

- Articular os diferentes organismos da sociedade civil que trabalham com a formação do educador.

- Buscar uma definição profissional e política dos educadores paulistas frente às iniciativas do Estado.

Após 16 meses de trabalho e considerando a proximidade do citado "Seminário Regional..." para São Paulo (28/09 à 02/10, PUCSP), o Comitê está promovendo uma sequência de atividades com a finalidade de, mobilizando e congregando professores, estudantes, pedagogos e demais interessados, buscar uma posição conjunta a respeito da questão inicial: "QUEM DEFINE A EDUCAÇÃO DO EDUCADOR?" Estas atividades envolveram a elaboração, divulgação em todo o Estado e discussão, de uma PROPOSTA ALTERNATIVA PARA REFORMULAÇÃO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURA, vista como ponto de partida para alcançar uma posição unitária futura.

Como culminância destas atividades o Comitê fará realizar no dia 19 de setembro, das 8,00 às 18,00, nas dependências da PUCSP, a ASSEMBLÉIA DOS EDUCADORES E ESTUDANTES PAULISTAS, aberta a todos os interessados, com os seguintes objetivos:

- Discutir e aprovar uma proposta final sobre a Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura, representativa dos Educadores e Estudantes em Educação de São Paulo.

- Definir estratégias que garantam a inclusão de representantes da ASSEMBLÉIA DOS EDUCADORES E ESTUDANTES PAULISTAS no "Seminário Regional..." da SESU/MEC para São Paulo.

- Definir estratégias que garantam o controle pelos educadores e estudantes, do processo e dos resultados finais dos "Seminários Regionais..." da SESU/MEC.

C. D. Veta Acúmulo de Funções

O acúmulo de funções executivas na universidade é uma questão que afeta diretamente o processo de democratização, reforçando a concentração de poder.

Esta discussão esteve em pauta na reunião do Conselho Diretor de 11 de agosto p.p., ocasião em que foi aprovado o parecer 511/81 da Comissão de Legislação e Normas sobre o artigo do R.G./UNICAMP.

Este artigo menciona: "é vedado na universidade o exercício simultâneo de mais de uma função executiva". O exercício desta função executiva, segundo o parecer aprovado, não se refere simplesmente à remuneração das funções, mas ao fato destas, quando acumuladas, pertencerem ao legislativo ou ao executivo da administração da universidade.

Assim sendo, o artigo 262 do RG/UNICAMP, acima mencionado, deverá ser interpretado como "proibindo que uma mesma pessoa ocupe duas ou mais funções localizadas na rede do poder executivo da universidade, independentemente da questão da remuneração."

Considerando-se que na estrutura atual da universidade há inúmeras situações de acúmulo de funções executivas, mesmo que estas sejam justificadas, por falta de pessoal qualificado, o Conselho Diretor exige que, no prazo de 30 dias, estas situações sejam regularizadas, obedecendo-se as seguintes normas:

- a. que o prazo para o exercício do acúmulo de funções executivas, seja definido, nunca superior a dois anos;
- b. que a carência de pessoal qualificado para o exercício das funções executivas seja comprovada ao Conselho Diretor;
- c. que a referida pessoa receba a denominação "respondendo pelo expediente (nome da função)";
- d. que não exista remuneração pelo exercício de tal função.

essa estrutura, além de todo o autoritarismo estatutário que ora lutamos por superar, aos quais se somava até a pouco um clima geral de aberta repressão política.

Os debates realizados, no intuito de colocar o assunto em discussão o mais amplamente possível, bem como apontar à Comissão Cultural caminhos e propostas de trabalho, vieram a um tempo confirmar e enriquecer essa avaliação, a começar pela participação nos debates. Dada a amplitude do tema cultura, abarcando tanto a produção científica quanto a artística, em geral toda a estrutura da Universidade foi questionada, do sistema de créditos à arquitetura do campus, da forma como se desenvolvem as pesquisas ao funcionamento noturno da Universidade.

Mas, inequivocamente, todas as conclusões e propostas de trabalho que surgiram apontam para a perspectiva de que o conjunto da comunidade universitária deva começar a conhecer a cultura que aqui se realiza e produz, como um primeiro passo para o seu questionamento e influência. Para isso serão necessárias, entre outras, a existência de um horário disponível comum em toda a Universidade, locais apropriados (o próximo Congresso da SBPC é aqui) e uma efetiva divulgação das atividades. E, sobretudo, da mais ampla democracia, sem a qual pouco se poderá avançar. Acreditamos ser esta a via pela qual a Universidade possa passar, como foi dito nas discussões, "de objeto a sujeito de seu processo de produção cultural" e caminhar para a solução da verdadeira crise de identidade em que se encontra mergulhada.

VIDA CULTURAL E DEMOCRACIA

Antonio Carlos Banwart

Realizados tres debates sobre o problema das atividades culturais na Universidade, faz-se necessária uma breve avaliação do processo até aqui encaminhado pela Comissão Cultural e das perspectivas de trabalho que se apresentam.

A criação da Comissão Cultural (envolvendo alunos, professores e funcionários, e apoiada pelo DCE, Comissão de Alunos de Pós - Graduação, ADUNICAMP e ASSUC) partiu da constatação de que há uma demanda da comunidade universitária por atividades culturais, e veio para procurar superar a dispersão de esforços na mesma direção feitos por grupos e pessoas, somando

forças na realização de um plano de atividades que seja de interesse geral da comunidade.

Fundamentalmente, constata-se que a inexistência de uma vida cultural, de cunho extra e interdisciplinar, desfigura em certo sentido a própria Universidade, pelo caráter de compartimentos estanques que possuem, num plano, as unidades e os departamentos, e noutro, o ensino (cursos, disciplinas) e a própria pesquisa, realizada de forma altamente dispersa, controlada em geral externamente e sobre a qual a comunidade universitária não tem sequer informação. Não é preciso ressaltar o conteúdo altamente desagregador de toda